

Denis Diderot e a importância da Enciclopédia Francesa

Newton Cunha

(Publicado como prefácio à obra Diderot, o Enciclopedista, volume VI, editora Perspectiva, 2009)

A Enciclopédia dita francesa, ou ainda o *Dicionário raciocinado das ciências, das artes e dos ofícios*, constitui o resultado de um longo, árduo e arrojado esforço de pesquisa, de escritura e de organização empreendido por Diderot e D'Alembert, à frente de, aproximadamente, 160 colaboradores, no período que vai de 1747 a 1772. O ano inicial corresponde ao de assinatura de contrato com os livreiros Le Breton, Durand, Davi e Briasson. O segundo marca a edição do último volume, o vigésimo oitavo, sendo 17 deles consagrados a textos (os últimos saíram em 1766) e 11 a estampas (total de 2.885 pranchas ilustradas).

Os volumes de texto contêm, em média, 950 páginas fôlio cada um, divididos em duas colunas, totalizando cerca de 72 mil artigos. Alguns verbetes encontram-se subdivididos em acepções gerais e particulares, como, por exemplo, a palavra Alma, que apresenta não só o significado propriamente teológico, como expressões do tipo “alma das plantas” e “alma dos animais”.

Muito mais do que isso, no entanto, por seu conteúdo, importância histórica e finalidade, a Enciclopédia configura um dos símbolos máximos do humanismo e da esperança iluminista.

Do humanismo porque, inicialmente, rememora e interpreta as contribuições do passado:

“... as finalidades de uma Enciclopédia são as de reunir os conhecimentos esparsos sobre a superfície da Terra, expor um sistema geral aos contemporâneos e transmiti-lo aos que virão depois, a fim de que os esforços dos séculos precedentes não tenham sido trabalhos inúteis para os séculos posteriores; que os nossos descendentes, tornando-se mais instruídos, venham a ser também mais virtuosos e felizes e não morramos sem termos

sido merecedores do gênero humano” (Diderot, verbete *Encyclopédia*). Ora, “o primeiro passo a dar nesta pesquisa é examinar... a genealogia e a filiação de nossos conhecimentos, as causas que devem tê-los feito nascer e as características que os distinguem: numa palavra, remontar até a origem e a formação de nossas ideias” (D’Alembert, *Discurso preliminar*). Na sequência, porque investiga e esclarece as ciências, as técnicas e as artes do tempo, fazendo do homem o princípio, o centro e o fim do conhecimento. Onde o aforismo: “o homem é o termo único de onde se deve partir e ao qual tudo deve retornar” (Diderot, *Pensamentos filosóficos*).

Da esperança iluminista porque valoriza a razão, as novas ciências aplicadas, o enriquecimento da sensibilidade e a educação moral, sem deixar de reconhecer a naturalidade das forças vitais, o que, em síntese, e usando-se uma típica expressão da época, conduziria à formação desejada de um *bel esprit*[1]. Concluir pela prevalência da natureza, tanto quanto pela necessidade de sua investigação e domínio foi, na opinião de Cassirer, um dos eixos principais do iluminismo. Segundo ele, “natureza não designa apenas a esfera da existência física, a realidade material em que se teria que distinguir a parte ‘intelectual’ ou ‘espiritual’. O termo não se refere unicamente ao ser das coisas, mas à origem e ao fundamento das verdades. Pertencem à natureza, sem prejuízo de seu conteúdo, todas as verdades suscetíveis de um fundamento imanente, que não exija qualquer revelação transcendente, aquelas que são, em si mesmas, certas e evidentes... Porque são essas as verdades que fazem do nosso mundo um mundo *único*, um cosmos assentado sobre si mesmo, possuindo em si mesmo seu centro de gravidade” (*La Philosophie des lumières*)

Ainda para Denis, mesmo a religião não pode ter outro fim “senão o conhecimento das verdades essenciais e a prática dos deveres mais importantes... É em vão conhecer os deveres se permanecemos estagnado no erro ou na ignorância das verdades essenciais. É em vão o conhecimento das verdades e dos deveres se a graça de praticá-los me é recusada” (*Da suficiência da religião natural*). Se o homem é o único ente capaz de inteligência e consciência, então os conhecimentos são-lhe, simultaneamente, necessidade

primária e tarefa permanente de investigação e de aperfeiçoamento, ou seja, aplicáveis tanto à existência pessoal quanto à vida em sociedade.

A Enciclopédia teria, portanto, que concretizar uma das proposições mestras de seus organizadores – a de democratizar os saberes e educar os indivíduos do terceiro Estado. Ser, conseqüentemente, educativa e revolucionária. Não é por outro motivo que dos textos ressalta o ardor de um combate desejado e do qual está ausente o zelo de uma suposta imparcialidade. Luta-se contra a superstição, contra a ignorância e as ideias prontas, contra as injustiças sociais e políticas, contra os dogmas das religiões, contra os vícios. E em defesa do materialismo, do vitalismo e dos prazeres naturais, da razão, da experimentação científica, dos ofícios e trabalhos, do progresso, das liberdades públicas e das virtudes. Valores antitéticos que uma arguta frase de Diderot exemplifica: “Se a razão é um dom do céu e o mesmo se pode dizer da fé, deu-nos o céu dois presentes incompatíveis e contraditórios”. Cabe ao homem, portanto, uma escolha, aquela mesma que faz da Enciclopédia um instrumento crítico e filosófico, baseado em três faculdades que, ao menos didaticamente, podemos separar no universo da consciência: memória, razão e imaginação. Essas colunas edificam um sistema dos saberes que a ordem alfabética, embora mais simples e útil para consulta, não tem como realizar por si só. Por fim, como instrumento auxiliar e inovador, os organizadores introduziram as remissões intervocabulares.

Jacques Proust, autoridade nas origens e no desenvolvimento da obra, nos lembra que “em sua época, e ainda que seu conteúdo não fosse o que é, a Enciclopédia seria, com certeza, uma empresa verdadeiramente revolucionária, tanto pela novidade da concepção, pela grandeza dos meios financeiros e técnicos em jogo, pela extensão do público alcançado, quanto pelas pesquisas dos colaboradores, o progressivo e seguro desenvolvimento do negócio e os vários perigos enfrentados, nem sempre de ordem ideológica ou política” (*Diderot et l'Encyclopédie*).

Amigos e inimigos: a batalha das edições

Em 1750, Diderot escreveu e distribuiu o *Prospectus*, peça na qual expunha a forma e os objetivos do projeto editorial. Assim, quando o primeiro tomo veio a lume, em junho de 1751, a Enciclopédia já contava, antecipadamente, com dois mil subscritores. Suas vicissitudes, no entanto, não seriam poucas.

Desde o momento do *Prospectus*, ela sofreu a réplica vigorosa dos jesuítas e de seu jornal *Mémoires de Trevoux*. O primeiro volume provocou debates entre Diderot e o padre Berthier, editor do periódico da Companhia. Em contrapartida, as críticas que Diderot ali fazia ao absolutismo por direito divino, no termo *Autoridade Política*, deram-lhe o apoio precioso de pessoas importantes, como Voltaire, Malesherbes, Montesquieu e Madame de Pompadour, amante do rei e das artes, e inimiga dos jesuítas. Com a edição do segundo volume, no entanto, a Enciclopédia e seus organizadores viram-se envolvidos nas controvérsias despertadas pela tese do abade de Prades e nas perseguições que se seguiram.

Colaborador da Enciclopédia, Jean-Martin de Prades havia defendido com brilhantismo sua tese de doutorado – *Jerusalém Celeste* – na Sorbonne, tendo por tema os fundamentos da crença – os que se valem da lei natural e da razão, e os que aceitam a revelação e seus mistérios. Alguns dias mais tarde, porém, os doutores da universidade perceberam haver muitas semelhanças entre as argumentações da tese e aquelas contidas em *Da suficiência da religião natural*, de Diderot, no *Discurso Preliminar* da Enciclopédia, de D'Alembert, e ainda no verbete *Certeza*, do segundo volume, escrito pelo mesmo Prades. A tese foi condenada pela Sorbonne e pelo Papa e as acusações de complô com os enciclopedistas ganharam força, até que o conselho do rei, em 7 de fevereiro de 1752, mandou interromper o empreendimento por defender “máximas que tendem a destruir a autoridade real, a estabelecer o espírito de independência e revolta e, sob termos obscuros e equívocos, a criar os fundamentos do erro, da corrupção dos costumes, da irreligião e da incredulidade”. Prades refugiou-se em Berlim e,

segundo alguns, Diderot achou melhor esconder-se também por um tempo, temeroso de voltar à prisão.

Foi nesse momento que a intervenção de Malesherbes tornou-se decisiva para a continuidade da obra. Diretor da *Librairie*, órgão do governo encarregado de avaliar e supervisionar as publicações do reino, Malesherbes acreditava na liberdade de imprensa, de escrita e de opinião como fator insubstituível de progresso material e desenvolvimento cultural. Por sua influência, o conselho reformulou a primeira decisão, ou seja, em lugar de suspender totalmente a iniciativa, optou pela supressão dos dois volumes iniciais. Para Darton W. Thomas (*Diderot, sa vie et son oeuvre*, Ed. Lafont-Ramsay, 1985), deve-se ainda ter em conta que “a jurisprudência do *Ancien Régime* era particularmente ciosa dos direitos de propriedade e essa consideração pelas prerrogativas dos assinantes explica claramente o motivo da obra não ter sido definitivamente interrompida”. Em 1753, saiu então o terceiro tomo e, mais uma vez, instituiu-se a condenação do conselho real, logo abandonada, mas sem que houvesse, em contrapartida, uma permissão tácita. Daí D’Alembert ter escrito no terceiro volume: “O governo pareceu desejar que uma empresa dessa natureza não fosse abandonada”. E assim, apesar das censuras e interdições judiciais (ou mesmo por causa delas), tal foi a repercussão na Europa que o número de assinaturas subiu, em 1757, para quatro mil e duzentas, enquanto estavam sendo publicados os volumes de números IV, V, VI e VII. As vendas alcançavam não apenas a França, mas a Suíça, a Inglaterra, a Itália e até mesmo a Rússia.

Mas foi a partir desse momento de maior difusão que as coisas voltaram a se complicar. No volume VII havia um artigo de D’Alembert a respeito de Genebra (com a provável influência de Voltaire), cujo conteúdo provocou uma reação ácida da comunidade protestante da cidade e de Rousseau. Em 1758, o livro *De l’Esprit*, de Helvétius, amigo dos enciclopedistas e também mecenas do empreendimento, suscitou um escândalo ainda maior do que a tese de Prades seis anos antes. Adepto radical do sensismo e antecessor do que veio a ser o behaviorismo, sob o ponto de vista educacional, o livro foi considerado subversivo e vinculado às ideias empiristas e materialistas da Enciclopédia, o

que levou o parlamento a revogar definitivamente ambas as *cartas de privilégio* e condenar os livros à fogueira. Na sequência, a Igreja incluiu as duas obras no seu *index librorum prohibitorum*.

D'Alembert abandonou então o projeto, desavindo-se com Diderot. Os manuscritos que estavam em poder de Denis foram recolhidos, mas, ainda e sempre, Malesherbes conseguiu escondê-los em sua própria casa. A Academia de Ciências acusou os livreiros associados de, por intermédio de seus gravadores, terem pilhado os arquivos da instituição, ao copiarem as pranchas existentes sobre as artes e as profissões.

A continuação da obra deu-se então nas sombras, com Le Breton assumindo o papel de censor prévio dos artigos, à revelia de Diderot, que se despediu da Enciclopédia em 1764, inconformado com a situação. Nos dois anos seguintes, saíram os dez últimos volumes de textos, impressos secretamente (isto é, sem carta de privilégio recebida), com endereço de Neuchâtel (Suíça).

Autorias, contribuições e estudos

Aquele que participa do projeto – homem de letras, médico, matemático, artista ou artesão – é um *philosophe*, num sentido ao mesmo tempo particular e envolvente, como o distingue José Bermudo (*La historia de la filosofía en la Enciclopedia*): “um heterodoxo, algo indisciplinado, com certa dose de irreverência, com muito estilo rebelde, com uma mistura bem repartida de ceticismo e paixão... inimigo aberto dos poderes político e eclesiástico e com o único ofício de mostrar aos homens que há ideias que servem para escravizar os povos e outras que os ajudam a libertar-se”. Expressamente para Diderot, o que caracteriza um *philosophe*, entre outras coisas, é que ele “nada admite sem prova, não concorda com noções enganadoras e sabe estabelecer limites entre o certo, o provável e o duvidoso” (verbete *Filosofia e Carta a Sophie Volland*, de 26/09/1762). Por isso, “os outros homens são levados por suas paixões, sem que as ações sejam precedidas de reflexão; são homens que caminham nas trevas. Enquanto que o filósofo, mesmo em suas paixões, não

age sem reflexão; caminha na noite, mas precedido de uma chama” (verbetes *Filósofo*).

Além de Diderot e d’Alembert, participaram como autores uma dezena de intelectuais de grande renome e muitos mais até hoje desconhecidos. Entre nomes célebres encontram-se Voltaire (artigos sobre literatura e história), Rousseau (artigos sobre música e o de economia política), o barão d’Holbach (textos sobre mineralogia, metalurgia e química), Buffon (ciências da natureza), Quesnay e Turgot (economia), Marmontel (belas-artes) e duas figuras extraordinariamente prolíficas: o ilustrador Louis Jacques Goussier, autor de 900 pranchas e de 70 artigos sobre desenho e gravuras e o Chevalier Louis de Jaucourt, apelidado “o escravo da Enciclopédia”, que se encarregou de espantosos 17 mil verbetes. Médico de formação, extremamente culto, escreveu não apenas sobre ciência e técnicas médicas, mas igualmente sobre jurisprudência, física e literatura.

Para que o empreendimento ao mesmo tempo inédito e colossal se realizasse, Diderot dedicou-se a quase todas as tarefas nele previstas. Não apenas organizou o sistema e selecionou entradas, como contratou colaboradores e pesquisou *in loco* os ofícios artesanais (para escrever, entre outros, o verbete Artes, em defesa das artes aplicadas). Corrigiu e fez acréscimos a textos encomendados, plagiou alguns já publicados (sendo por isso processado várias vezes) e escreveu seus próprios artigos.

Durante os dois últimos séculos, no entanto, as autorias demonstraram ser tema controverso e ainda não de todo resolvido. Alguns dos principais motivos: várias entradas foram escritas por dois ou mais autores, sendo alteradas a cada contribuição; quando feitas, as indicações não seguiram um critério único ou evidente; e por intermédio de D’Alembert (*Discurso preliminar*), sabe-se ainda que “*entre os artigos sem as marcas dos autores, há muitos feitos por pessoas que não quiseram ser reconhecidas*”. Aliás, das 72 mil acepções que a obra contém, cerca de 37.800 continuam sem determinação segura.

Inicialmente, tudo o que dissesse respeito à história da filosofia ficaria a cargo dos abades Yvon, Pestré, Prades e Mallet que terminaram por se dedicar

a temas de caráter conceitual, como metafísica, lógica e moral. Dessa maneira, o próprio Diderot assumiu a elaboração da história, fosse por gosto ou necessidade (Mallet, por exemplo, faleceu em 1755). É ainda D'Alembert quem menciona o fato de “*os artigos que não possuem letras no fim* (isto é, as iniciais do autor), *ou que têm uma pequena estrela* (asterisco), *são do senhor Diderot. Os primeiros são os que lhe pertencem como sendo um dos autores* (entre eles os dedicados às artes mecânicas ou aplicadas, já que Denis anotou as explicações fornecidas por mestres artesãos); *os segundos são os que supriu como editor*”.

O reconhecimento gradativo e mais seguro tem sido estabelecido por uma série de investigações e de obras, a começar pela de seu amigo, discípulo e também enciclopedista Jacques André Naigeon, autor de *Mémoires historiques et philosophiques sur la vie et les ouvrages de Denis Diderot* (reeditadas em Genebra pela Slatkine Reprints em 1970), que restitui, sempre que possível, o texto original ou, ao menos, suas intenções iniciais, antes da ação das censuras. Dentre outros estudos importantes sobre o assunto, mencionam-se, por ordem cronológica: *The Censoring of Diderot's Encyclopédie and the Re-established Text*, de Douglas Gordon e Norman Torrey (NY, Columbia University Press, 1947); *Le Origini dell'Enciclopedia*, de Franco Venturi (Roma, Einaudi, 1946); *L'Encyclopédie et le Mouvement Encyclopediste*, de Albert Soboul (Paris, Ed. Sociales, 1962); *Diderot et l'Encyclopédie*, de Jacques Proust (Albin Michel, Paris, 1962); *A List of Contributors to Diderot's Encyclopedia* (French Historical Studies, NY University, 1964); *Les Articles Anonymes de l'Encyclopédie*, de R. Frautschi (Revue Internationale de Philosophie, 103, 1973); *Oeuvres Complètes*, de Diderot (dirigida por J. Fabre, H. Dieckmann, J. Proust e J. Varloot, Hermann Ed., Paris, 1975); *La Historia de la Filosofía en la Enciclopedia*, de José Bermudo (Ed. Horsori, Barcelona, 1987).

A coleção e algumas características do pensamento de Diderot

É justamente da contribuição autoral de Diderot, relativa à filosofia e a certos temas correlatos, que trata esta coleção, idealizada por Jacó Guinsburg e Roberto Romano, e pela primeira vez publicada em língua portuguesa.

Foram previstos, no total, três volumes, sendo que o primeiro reúne, além dos verbetes introdutórios filosofia, filósofo e filosofia dos gregos, as escolas da Antiguidade – ceticismo, cinismo, cirenaica, ecletismo, eleatismo, epicurismo, estoicismo, jônica, megárica, pirronismo – e da Renascença italiana (Bruno, Cardano, Campanella e Telésio).

O segundo congrega os principais autores da Grécia e do Renascimento: Aristóteles, Bacon, Copérnico, Descartes, Galileu, Heráclito, Hobbes, Leibniz, Locke, Malebranche, Maquiavel, Newton, Parmênides, Pitágoras, Platão, Sócrates, Spinoza, Thomasius.

O último inclui alguns temas que, ao lado da história da filosofia, parecem ter sido escolhidos pelo próprio Diderot, já que lhe permitiam, na ocasião, expressar, mais diretamente, opiniões políticas, estético-culturais e religiosas sobre a atualidade: alma, artes, autoridade política, cidade, cidadão, direito natural, enciclopédia, gosto (escrito a quatro mãos, com as contribuições de Voltaire, Montesquieu e D'Alembert), intolerância, irreligioso, paz, sátira.

Convém mencionar que as principais fontes utilizadas por Diderot para a sua retrospectiva foram a *Historia critica philosophiae* de Johann Jakob Brucker, publicada havia poucos anos, em 1744, e, com menor frequência, a *Histoire critique de la philosophie*, de Deslandes, aparecida em 1737. Mas, tendo em vista seus interesses políticos e culturais, Diderot não se acanhou em aproveitar e reinterpretar as informações de modo apaixonado ou pouco isento. Ainda conforme Proust, “a exposição dos sistemas filosóficos ou religiosos dos antigos não é senão um hábil meio de difundir o pirronismo, o ateísmo e o materialismo”. E podemos verificar no trecho seguinte um pequeno exemplo da perspectiva militante: “*Face a essa descrição (a das escolas gregas de filosofia), surge-nos um comentário natural: a que depois de haverem muito estudado, refletido, escrito e discutido, os filósofos gregos acabaram por*

chegar ao pirronismo. Será então verdade que o homem está condenado a aprender uma só coisa e com grande dificuldade? E que é seu destino morrer sem ter sabido nada”? (Enciclopédia, A Filosofia dos gregos). Mas esse pirronismo não deve ser entendido como algo absoluto, e sim relativo ao tempo. Aplicado indistintamente, não passaria de um método que ele mesmo qualificou de “pusilânime e duvidoso”. Era necessário que os homens do século se tornassem céticos perante as convenções políticas, religiosas, educativas ou profissionais já consolidadas. Negar e duvidar eram atitudes não só possíveis como indispensáveis ao progresso do conhecimento e às transformações sociais.

Para ele, na construção do conhecimento – com tudo o que de mais evidente se espera deste último conceito – a dúvida é um momento necessário da análise filosófica. Não pretende significar uma impossibilidade cognitiva ou um ponto de vista segundo o qual não podemos, de fato, saber como é o mundo. Integra-se antes à busca de uma apreensão clara e evidente de fatos e de fenômenos naturais, concretos, em correspondência com nossas representações. Por isso, ao mesmo tempo em que se congratula com Descartes por sua dúvida metódica, estratégia que lhe permite reconstruir o edifício caótico da filosofia, dá a seguinte e irônica opinião a seu respeito: *Descartes desprezava a ciência que se adquire pelos sentidos e, por estar habituado a encerrar-se integralmente nas ideias intelectuais, que ainda que tenham entre elas alguma relação nem por isso possuem mais realidade, caminhou com muito rigor e elegância de erro em erro.*

Ao mesmo tempo, a construção do conhecimento será melhor elaborada caso se valha de diferentes modos de ver e pensar as percepções e as realidades que as fazem possíveis. Ou seja, o método mais adequado para Diderot ainda é o do ecletismo. Por isso, podemos ler na abertura de seu artigo a respeito do assunto: *O eclético é um filósofo que, pisoteando os preconceitos, a tradição, a antiguidade, o consentimento universal, a autoridade, em uma palavra, tudo o que subjuga a multidão dos espíritos, ousa pensar por si mesmo e retroagir aos princípios gerais mais claros, examiná-los, discuti-los, nada admitindo senão com o testemunho de sua experiência e de*

sua razão. Percebe-se aqui que ambas as atitudes se complementam sob uma inspiração ao mesmo tempo empírica, realista, científica e iluminista.

Por fim, quaisquer que sejam as acusações feitas a Diderot (como as de libertino, pensador sem método, contraditório, plagiador ou racionalista paradoxalmente dominado pelas paixões), não há como negar que estamos diante de um dos mais destacados, ecléticos e corajosos intelectuais do século XVIII. E ainda que aqui não seja o local destinado a uma tese de natureza filosófica, parece-me evidente que suas ideias materialistas e vitalistas prefiguram, em numerosas passagens de sua vastíssima obra, o que Schopenhauer e Nietzsche desenvolveriam (o primeiro deles de modo mais sistemático) no século posterior.

Para o filósofo francês, a natureza, que é uma só, não possui outras razões ou justificativas senão as de se conservar e multiplicar-se. Este “ser assim” da natureza, cego e imperioso, corresponderá, na terminologia de Schopenhauer, à Vontade (*der Will*). Por outro lado, quando Diderot afirma que “deixar-se matar não prova nada, apenas que não se é o mais forte” (*Nouvelles pensées philosophiques*), está dizendo igualmente que não há valores transcendentais, fora da vida. Simultaneamente, apresenta-se como um crítico acerbo das concepções cristãs, já que, em sua opinião, estas refreiam e deturpam a natureza humana, tornando-a infeliz pelas contradições insolúveis entre o ser natural e o dever ser religioso. Por isso, “a ideia de que Deus não existe não faz ninguém tremer; treme-se, antes, pelo fato de haver um”. Ora, sabemos que ninguém foi tão incisivo em ambas as concepções – a dos valores vitais e a da moral do ressentimento – quanto Nietzsche.

[1] Pessoa ao mesmo tempo culta, talentosa e de reconhecido caráter moral.